

■ NACIONAL

Índio é o maior fornecedor de madeira da Aracruz

Regina Scharf
 de São Paulo

Índios tupiniquim do Espírito Santo serão, a partir deste ano, os maiores fornecedores de madeira da Aracruz Celulose, num universo de 2.145 pequenos produtores. A parceria foi estabelecida depois de anos de relações conflituosas, com a disputa de uma área de 2.500 hectares que pertencia à empresa mas passou a integrar a reserva indígena, no município de Aracruz.

Pelo contrato de compra e venda,

Associação passa a vender eucalipto plantado pela própria companhia em área que foi reincorporada à reserva indígena após anos de conflito pela posse da terra

fechado com a Associação Indígena Tupiniquim e Guarani, a Aracruz se compromete a fornecer mudas, adubo, agrotóxicos e assistência técnica — valores que serão descontados no ato de compra da madeira, a preço de mercado. O contrato abrange uma área de 1.792 hectares já plantados com eucaliptos, incorporada à reserva indígena em 1998.

Em Aracruz, vivem 1.400 tupiniquins e 70 guaranis, distribuídos pelas aldeias de Caieiras Velhas, Pau Brasil, Irajá, Comboios, Boa Esperança e Três Palmeiras. No ano passado, o Ministério da Justiça, acatando reivindicação dos índios, decidiu ampliar sua área, que já havia sido demarcada em 1978.

Na época, os tupiniquim pediram à Fundação Nacional do Índio (Funai) um acréscimo de 13 mil ha, explorados pela Aracruz, à reserva ori-

ginal, argumentando que esta era uma área de ocupação tradicional, embora seu título de posse estivesse a tempos em mãos de particulares. Segundo a Aracruz, tais terras haviam sido compradas em 1967, sendo que boa parte delas eram de uma estatal, a Companhia de Ferro e Aço de Vitória (Cofavi), hoje pertencente à Companhia Belgo-Mineira.

O ministério decidiu, porém, autorizar um acréscimo de apenas 2.500 ha à terra indígena. Na época,

início do ano passado, os índios chegaram a invadir a área da Aracruz, em protesto contra a decisão. Mas acabaram por retirar-se após um acordo que envolveu o pagamento, por parte da empresa, de US\$ 12 milhões, para projetos econômicos e sociais nas aldeias, valor que será repassado durante os próximos 20 anos. Tais recursos financiam projetos propostos pelos índios e aprovados pela Funai.

“A relação entre a empresa e a comunidade indígena era realmente problemática antes do acordo, mas hoje transformou-se numa relação de cooperação”, avalia Márcio Lacerda, presidente da Funai. Ele lembra que a negociação parecia uma verdadeira “operação de guerra”. “Agora, a área tornou-se produtiva para ambas as partes, com um ganho tecnológico e de renda”.

Ele afirma que o contrato respeita o sistema de organização dos índios e é supervisionado pelos caciques, o Ministério Público e a própria Funai. Garante, também, que a comunidade tupiniquim já pratica uma agricultura mais tecnificada que os pequenos produtores da região, graças ao acordo com a Aracruz.

Os índios já vinham desenvolvendo um projeto agrícola com recursos provenientes do acordo firmado com a Aracruz, cultivando café irrigado, milho, feijão consorciado com maracujá e coco irrigado. Só de café, já são 85 mil pés plantados, mas a meta é chegar aos 300 mil pés. Segundo Lacerda, os índios também buscam incrementar o comércio de artesanato, através de um convênio com a Secretaria da Cultura do Espírito Santo.

Dos 2.500 ha incorporados à reserva no ano passado, 1.792 ha estão recobertos por eucaliptos de diferen-

tes idades. Os índios deverão cortar 250 hectares este ano e outros 254 ha no ano que vem. Em contraste, os outros 2145 pequenos fornecedores da empresa exploram, em conjunto, 20 mil ha — ou 9 ha cada. A Aracruz tem 120 mil ha de bosques de eucalipto próprios, numa área total de 214 mil ha.

“Toda empresa precisa negociar com as comunidades do entorno, porque precisa de uma licença social para operar”, avalia Carlos Alberto Roxo, gerente de Meio Ambiente e Relações Corporativas da Aracruz. “E esse tipo de disputa acontece em outras partes do Mundo, até na Suécia ou no Canadá”. Ele considera o acordo fechado com a comunidade indígena uma prova de respeito mútuo: “se desconfio de uma pessoa, não compro um carro dela — nem fecho um acordo comercial”.

“A empresa tem cumprido o contrato e, em alguns casos, ela oferece até alguma coisa a mais”, diz Eraldo Santana Almeida, presidente da as-

sociação que representa a comunidade indígena. É o caso dos dois técnicos agrícolas contratados pela prefeitura, cujos salários serão complementados pela Aracruz para que apoiem os índios na gestão dos seus projetos.

Almeida afirma, porém, que a comunidade não está inteiramente satisfeita com o acordo, uma vez que o Ministério da Justiça não lhes concedeu os 13 mil ha sobre os quais julgam ter direitos, mas apenas 2.500 ha. “Por enquanto, dá para resolver. Mas talvez, dentro de 20 anos, nós tenhamos de sentar com a Aracruz para negociar, porque precisaremos de mais terra para viver”. O líder indígena também afirma temer que os governos local e estadual ou a Funai considerem a comunidade rica e plenamente atendida, após o acordo com a Aracruz. “Continuamos precisando de apoio, sobretudo nas áreas de saúde e educação”.

Empresa se compromete a fornecer mudas, adubo, agrotóxicos e assistência técnica ao empreendimento

Acordos semelhantes foram feitos no passado

Relações de parceria oficializadas entre índios e empresas, como a dos tupiniquim e a Aracruz, não são muito comuns. Entretanto, Márcio Lacerda, presidente da Funai, cita pelo menos dois outros casos de acordos semelhantes.

Ele lembra da relação dos xikrin com a Companhia Vale do Rio Doce, no estado do Pará. Eles têm trabalhado em conjunto num projeto-piloto de manejo florestal de essências nobres. Fala, também, nos waimiri-atroari, de Roraima, que recebem apoio para seus projetos agrícolas, numa compensação oferecida pela Mineração Paranapanema e a Eletronorte, porque parte das terras indígenas foram inundada pelo lago da hidrelétrica de Balbina.

“Nós queremos sair de uma posição assistencialista, que não é sustentável e que acaba promovendo o empobrecimento dos índios”, afirma Lacerda. “Ela não ajuda em nada na afirmação da dignidade, da cidadania e do orgulho da raça”.

O presidente da Funai diz que a fundação pretende expandir “parcerias sustentáveis”, guardando respeito às especificidades das etnias, explorando o ecoturismo ou a diversificação agrícola. “Os índios precisam de tecnologia para substituir sua economia tradicional, muitas vezes inviável porque foram obrigados a ocupar áreas menores, o que desequilibrou seu sistema econômico”, diz.

(R.S.)